

Pediatria atua à sombra da morte

Luis Tajés

Ângela Drumond

Se o atendimento médico para adultos no Distrito Federal já é deficiente, no caso das crianças assume proporções assustadoras. "Hoje, nós escolhemos quem vai morrer", desabafou o cirurgião pediatra Lucas Veras, um dos quatro que operam no Hospital Regional da Asa Sul (HRAS).

E explicou: "O médico se vê na triste situação de escolher entre os pacientes, aqueles que têm ainda alguma chance de sobreviver com uma intervenção cirúrgica". Isto porque, em sua avaliação, a redução das cirurgias preventivas (eletivas) que poderiam prevenir problemas futuros implicou no aumento das de emergência, quando o quadro de saúde é mais grave.

Este critério, no entanto, tem abalado os profissionais que lidam diretamente com a questão da saúde infantil, principalmente no HRAS, um hospital com vocação materno-infantil. A revolta tem sido o sentimento mais comum com relação ao descaso com que vem sendo tratada, pelas autoridades governamentais do País, a questão da saúde dos brasileiros.

Com especialização em cirurgia pediátrica na França, onde foi assistente estrangeiro da Universidade de Paris de 1978 a 1981 e depois como cirurgião pediatra do Children's Hospital, em Washington de 1985 a 1988, Lucas Veras retomou em fevereiro deste ano as suas atividades no HRAS como médico da Fundação Hospitalar, uma entidade que, em sua opinião, passou nos últimos anos por um processo de "apodrecimento" administrativo.

Ao responsabilizar a Fundação Hospitalar pela decadência do atendimento infantil no Distrito Federal, Lucas Veras fez questão de frisar que, atualmente, o HRAS vem atendendo com apenas nove leitos para as cirurgias infantis.

Deste total, três estão localizados nas enfermarias onde permanecem em recuperação crianças com pneumonia.

Em julho passado foram abertas as fichas para as crianças da Ceilândia, no HRAS. "Foi como abrir uma porteira", frisou. Em apenas um mês, cerca de 700 fichas foram preenchidas e as cirurgias marcadas já ocupam o calendário dos médicos até janeiro de 89, arrematou.

Indignado com a situação, Lucas Veras encontrou respaldo junto à diretoria do HRAS, que tem à frente o médico Luís Torquato para a necessidade de criação de uma Unidade de Cirurgia Pediátrica dentro do HRAS. Esta reivindicação já foi entregue pelo grupo de trabalho, do qual Luís Torquato participa, ao secretário de Saúde Valteno Ribeiro, na última segunda-feira, incluída nos estudos relativos à desativação do Hospital de Base de Brasília (HBB).

Enquanto uma resposta não vem, aumentam no Distrito Federal os óbitos infantis, conforme destacou Lucas Veras.

Na rede particular, atualmente, uma operação de hérnia não costuma ser feita por menos de Cz\$ 300 mil. Este outro lado da medicina vem atraindo os médicos do serviço público, conforme observou o cirurgião pediatra. Mas como nem todos têm condições de pagar, o serviço público não pode ser desativado, frisou.

Operações simples como hérnia umbelical, ou inguinal — um pouco mais grave, fimose que implique em dificuldade para a criança urinar ou criptorquia (testículo escondido) somente estão sendo feitas quando se transformam em casos de emergência.

Mas este problema não é o único. Durante as cirurgias costumam faltar materiais essenciais e adequados à criança. "Somos obrigados a improvisar com o que existe", frisou.



Lucas Veras diz que atualmente a pediatria realiza apenas cirurgias de emergência

Urgência, só no diagnóstico

A menina Fabíola Rejane Dourado, de seis anos de idade, cresceu como qualquer outra criança, mas com uma limitação: fortes dores ao brincar. Tolhida em seus movimentos por uma hérnia inguinal, o quadro clínico de Fabíola vinha agravando-se ano a ano. Ela nasceu com a hérnia, que somente foi diagnosticada aos quatro anos de idade.

Preocupada com a saúde de sua filha, a mãe Dionízia Dourado decidiu partir em busca de uma solução para o problema. Deixou os outros dois filhos na cidade em que trabalha, Iaciara (Goiás) e procurou, em Brasília, encaminhamento médico para Fabíola. No entanto, as dificuldades começaram cedo. Depois de uma consulta em que a cirurgia foi indicada como inevitável, a operação, inicialmente prevista para março, acabou sendo adiada para setembro e, finalmen-

te, cancelada no dia anterior ao que havia sido marcada.

Como a família não dispõe de recursos econômicos suficientes para viagens constantes, a menina Fabíola foi hospedada por uma parente distante que ficou penalizada com a situação da menina, Maria Auxiliadora Neves, que mora no Guará I. Segundo relatou, Fabíola sentia fortes dores quando tentava acompanhar as outras crianças nas brincadeiras.

Maria Auxiliadora das Neves, diante das dificuldades encontradas pela família de Fabíola, decidiu então ajudar. Procurou uma comadre, médica, que conhecia um anestesista do Hospital Regional da Asa Sul, que por sua vez levou o caso aos cirurgiões, que conseguiram encaixar a menina em uma vaga criada com a desistência de um dos pacientes mirins. No dia 10 de novembro, a menina foi operada.

Cauma vota projeto de hospital regional

Depois de mais de seis meses de espera, a população da Ceilândia deve ter assegurada, hoje, a destinação de uma área para a implantação de um novo hospital regional. O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) submete o projeto, de autoria da Secretaria de Saúde, em votação, em sua segunda reunião do Governo Joaquim Roriz.

A aprovação do conselho será o sinal verde para a Secretaria de Saúde le-

var adiante o projeto, concebido ainda na administração do governador José Aparecido. Na reunião deve ser anunciada a extensão da área e sua localização, assim como os serviços de atendimentos que serão integrados ao novo hospitais. Hoje a Ceilândia conta, apenas, com um hospital regional, que, comprovadamente, não acompanha a demanda da população, a maior do Distrito Federal, se consideradas as das outras satélites e do Plano Piloto.